


Masculine hegemony, gender myopia, and “glass ceilings”. Perceptions from centennial newspapers professionals on the regional press feminization process

Hegemonia masculina, miopia de género e “tetos de vidro”. Perceções de profissionais de jornais centenários sobre o processo de feminização da imprensa regional

Liliana Carona*, Rita Basílio de Simões**

*  Instituto Politécnico da Guarda (lilianacarona@ipg.pt).

**  Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Letras (rbasilio@fl.uc.pt).

Abstract

In this study, we explore the feminization of newsrooms in Portuguese regional press, investigating the dominant socio-professional profiles and the distribution of management and leadership positions between men and women. Based on a sample of five newspapers, representative of a universe of 40 centenary regional titles in Portugal, 20 interviews were conducted with professionals from these newsrooms to identify potential gender inequalities. Using thematic critical analysis, we highlight how their narratives reveal obstacles and barriers that limit women's access to leadership roles within the journalistic hierarchy. By confirming the presence of the phenomenon known as "glass ceilings" in regional press newsrooms, this study contributes not only to understanding the role of gender in journalistic work practices but also to a deeper understanding of the composition of regional newsrooms, a sector that remains peripheral in research agendas.

Keywords: leadership; women; journalists; press; regional

Resumo

Neste estudo, exploramos a feminização das redações da imprensa regional portuguesa, investigando os perfis socioprofissionais dominantes e a distribuição de cargos de administração e chefia entre homens e mulheres. A partir de uma amostra de cinco jornais, referenciável a um universo de 40 títulos regionais centenários em Portugal, foram conduzidas 20 entrevistas com profissionais dessas redações, para identificar potenciais desigualdades de género. Recorrendo à análise crítica temática, mostramos como as suas narrativas deixam em relevo obstáculos e barreiras que limitam o acesso das mulheres a cargos de chefia na hierarquia jornalística. Ao confirmar a presença do fenómeno conhecido como "tetos de vidro" nas redações da imprensa regional, este estudo contribui não apenas para a compreensão do lugar do género nas práticas laborais jornalísticas, mas também para um entendimento mais profundo da composição das redações regionais, um setor que permanece periférico nas agendas da investigação.

Palavras chave: chefias; mulheres; jornalistas; imprensa; regional.

Introdução

Copyright © 2025 (Carona, Simões). Licensed under the Creative Commons Attribution-NonCommercial Generic (cc by-nc). Available at <http://obs.obercom.pt>.

Cada vez mais, a literatura atual procura reencontrar e redescobrir o papel das mulheres no jornalismo e nos mais diversos contextos, por exemplo, enquanto repórteres de guerra, onde perdurou a falsa convicção de que “uma mulher jornalista sozinha no meio de uma divisão de soldados do sexo masculino seria inevitavelmente uma fonte de problemas (Mackrell, 2023, p. 10). Neste contexto do papel da mulher no seio do jornalismo, a investigação feminista dos média tem-se ocupado de como as relações de poder e as representações de género se manifestam nos meios de comunicação social e influenciam a prática jornalística (Carter et al., 2019; Gallagher, 2001; Ross, 2017; Simões, 2017; Wheatley et al. 2024). O trabalho neste âmbito tem procurado também interrogar como são distribuídas no seio das redações as responsabilidades e em que medida essa distribuição representa o público em toda a sua diferença e diversidade. Estudos neste domínio têm mostrado como a liderança jornalística de topo é importante tanto em termos de como a prática acontece, quanto relativamente ao modo como essa prática é percebida na sociedade (Djerf-Pierre, 2005; North, 2009; Ross, 2014; Silveirinha & Simões, 2016). Está simultaneamente em causa a questão de saber como a invisibilidade das mulheres nos cargos de chefia, decorrente do preconceito institucionalizado e da perpetuação de estruturas de poder masculinas (Gallagher, 2006; Carter & Steiner, 2004), afeta a qualidade do jornalismo e da democracia.

A composição em termos de género das redações jornalísticas dos média mainstream está relativamente bem documentada no plano nacional (Miranda, 2017; Subtil, 2009; Subtil & Silveirinha, 2017) e internacional (Gallagher, 2006; Byerly & Ross, 2006; Carter & Steiner, 2004; Creedon & Cramer, 2007; North, 2009), dando a ver um evidente processo de feminização. Em Portugal, de 19,8% de jornalistas mulheres com carteira profissional, em 1987, passou-se, em 2016, para 41,1% (Subtil & Silveirinha, 2017). Já a expressão do género na composição das redações regionais e, em particular, na tomada de decisão, é muito pouco clara. E, contudo, a imprensa regional apresenta características específicas que a distinguem de outros setores do jornalismo, incluindo uma maior proximidade com a comunidade e elevadas debilidades económicas. Essas peculiaridades podem acentuar um padrão patriarcal, especialmente em contextos locais, onde a contratação de mulheres, especialmente para cargos de chefia, é ainda mais rara.

Nos anos de 1990, Pascoal (1996) indicava existirem em Portugal 239 jornalistas a exercerem a atividade em órgãos de expansão regional e 296 a trabalharem em órgãos de expansão local, perfazendo um total de 535. No último estudo da ERC sobre a imprensa regional e local em Portugal (ERC, 2010), a amostra referenciou um universo de 689 publicações periódicas regionais nos 18 distritos de Portugal Continental, tendo sido obtidas 411 respostas válidas, das quais se procurou aferir por exemplo a composição das redações, tendo-se observado que quanto a jornalistas, quase metade das publicações da amostra contava com menos de 3 jornalistas (49,1%). Anos mais tarde, o estudo “Os jornalistas portugueses são bem pagos? Inquérito às condições laborais dos jornalistas em Portugal” (Obercom, 2017) revelava que mais de um quarto dos inquiridos (26,4%) se dedicava à informação local ou regional (seja em meios locais ou nacionais), salientando um equilíbrio de género na classe profissional, com 51,8% e 48,2%, respetivamente, de homens e mulheres. Já a representação em cargos de chefia era indicada como sendo desigual.

Os dados disponíveis sobre o número de jornalistas na imprensa regional não são apenas escassos (Sousa & Morais, 2012, p. 90), como também limitados no seu alcance, com organismos como a Comissão da Carteira Profissional de Jornalista (CCPJ) e a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) a apresentarem informações com pouco detalhe. Em 2020, a CCPJ reportou a existência de 5.761 jornalistas

com carteira profissional, dos quais 2.373 eram mulheres, não existindo uma quantificação exata do número de profissionais a trabalhar na imprensa regional, tendo em conta que a CCPJ não dispõe desse registo. A CCPJ deixou, há cerca de dez anos, de atribuir o cartão de colaborador regional, local e especializado, tendo estes três títulos sido agregados num só cartão, intitulado Cartão de Identificação de Colaborador, cujo total de títulos se situa nos 679: 114 mulheres e 565 homens (CCPJ, 2020). Não podendo considerar-se que todos os portadores desse cartão colaborem com a imprensa regional, não há registo do número total de profissionais desta imprensa. A própria ERC apenas dispõe dos dados relativos às publicações e não aos profissionais do setor.

Relativamente à distribuição de responsabilidades, segundo a Associação Portuguesa de Imprensa (API), das 40 publicações regionais centenárias existentes no ano de 2022, apenas seis¹ (*O Jornal de Estarreja, Jornal de Abrantes, Notícias de Gouveia, O Despertar, O Almonda e O Ilhavense*) tinham mulheres como diretoras. Outros 10² jornais centenários tinham na sua composição mulheres em departamentos de chefia tais como, direção adjunta, administração, propriedade, gerência e coordenação editorial. Já em relação à justiça salarial, em 2015, tomando como amostra um título de Castelo Branco considerado ilustrativo, Jerónimo (2015) atribuiu à desigualdade de género a diferença de remunerações, além de identificar constrangimentos na distribuição de papéis e de responsabilidades. Na mesma década, mapeando a realidade dos jornais regionais propriedade da Igreja Católica portuguesa, Leite (2010) caracterizava as redações como espaços eminentemente masculinos, ocupados e dirigidos por homens.

Tomando como ponto de partida os estudos dos processos de produção jornalística e a investigação feminista do jornalismo, analisamos neste artigo a realidade socioprofissional das redações da imprensa regional, tal como percebida pelas e pelos profissionais jornalistas. Utilizando dados de 20 entrevistas semiestruturadas em profundidade, examinadas a partir do recurso à análise crítica temática, identificamos e problematizamos a partir da lente de género as práticas, as condições e o ambiente de trabalho que caracterizam as redações de jornais centenários. Situando o género na estrutura interna e nas práticas profissionais, a investigação que apresentamos contribui para uma compreensão mais profunda das redações da imprensa regional e dos constrangimentos que limitam e condicionam especialmente as profissionais mulheres.

Identidade de género e jornalismo

Nas últimas décadas, o debate sobre o papel do género na produção noticiosa tem atraído uma atenção crescente dos estudos feministas dos média (Gallagher, 1980; 1987; Van Zoonen, 1998; Gallego, 2002; North, 2009; Byerly, 2012; Simões, 2016; Ross, 2017). Desde os anos de 1990 que a investigação neste campo tem dado conta da feminização do jornalismo, sem deixar de colocar em relevo as vicissitudes desse processo. Van Zoonen (1998), por exemplo, viu o fenómeno imerso num protesto velado contra a "diluição" do papel tradicional do jornalista homem. O aumento do número de mulheres nas redações coincidiu com

¹O *Jornal de Estarreja*, *Jornal de Abrantes*, *Notícias de Gouveia*, *O Despertar*, *o Almonda* e *o Ilhavense*.

²*Açoriano Oriental*, *Diário de Notícias da Madeira*, *Soberania do Povo*, *O Comércio de Guimarães*, *O Correio do Ribatejo*, *Folha de Tondela*, *A Ordem*, *Jornal de Albergaria*, *O Setubalense* e *o Diário do Minho*. Dados obtidos a partir da consulta da ficha técnica dos jornais centenários com presença online, em 6 de outubro de 2022.

o exacerbar de uma cultura de entretenimento que, paradoxalmente, criou mais oportunidades para as mulheres.

A existência de mais profissionais mulheres também não implicou uma mudança na forma predominantemente negativa com que as mulheres são retratadas. Tal como defende Gallego (2013), não há mudança possível sem a renovação do imaginário coletivo. Todavia, não há renovação do imaginário coletivo se os média informativos não refletirem as mudanças que ocorrem na sociedade (Gallego, 2013, p. 11). E os média tendem a adotar um discurso alinhado com a visão dominante da sociedade, geralmente pautado por uma perspectiva masculina, estruturada em torno de um eixo "centro-periferia" (nós vs. elas) (Gallego, 2009, p. 45). Nesse contexto, o discurso informativo produz-se de modo que "os homens são verbo, e o verbo é ação. Se os homens são os sujeitos que agem, fazem coisas e protagonizam os factos, esse protagonismo é narrado mediante verbos na voz ativa. Elas, por outro lado, são o objeto observado" (Gallego, 2009, p. 45).

A desigualdade na distribuição de responsabilidades também tem sido apontada como um fator determinante para a manutenção de representações desequilibradas (Djerf-Pierre, 2005; North, 2019; Ross, 2014; Simões, 2016). E, de facto, embora as mulheres estejam cada vez mais presentes nos cursos de comunicação, isso não se tem refletido sobre a sua presença em cargos de liderança (Silva, 2010, p. 298). As mulheres têm maior qualificação académica do que os homens, mas continuam a não ocupar cargos de chefia na mesma proporção (Santamarina et al., 2015). Por todo o mundo, mais mulheres do que homens estão a concluir cursos superiores relacionados com os média e há cada vez mais profissionais empregadas no setor. Contudo, a subrepresentação feminina em cargos de direção continua a ser documentada (Byerly, 2013; Ross, 2017).

Também no contexto português, o aumento da participação feminina nas redações não se traduz numa recomposição das estruturas diretivas dos meios de comunicação, como sugerem (Simões, 2016, p. 33). Além disso, a entrada das mulheres no jornalismo coincidiu com o aumento da precarização profissional, sendo elas mais expostas à subcontratação e aos contratos temporários (Miranda, 2017).

Subtil e Silveirinha (2017) preferem abordar a questão pela ótica da desprofissionalização, observando que as mulheres raramente ocupam postos de comando nas empresas jornalísticas e que a segregação horizontal e vertical continua a definir as relações de género no jornalismo (Subtil & Silveirinha, 2017). Naturalmente, a segregação horizontal e vertical não é exclusiva do jornalismo. Contudo, a importância dos seus efeitos no jornalismo assume uma relevância adicional, devido ao papel do jornalismo nas sociedades democráticas (North, 2016b, p. 358).

O pensamento feminista tem contribuído significativamente para a compreensão da dinâmica dos estereótipos de género, frequentemente caracterizados como uma forma de discriminação de género. Esses estereótipos "são uma das faces da discriminação baseada no género, parte de um sistema mais abrangente de equilíbrio de poderes que impede que um número significativo de mulheres tenha acesso ao poder político e social" (Hermes, 2014, p. 29). Em particular, o feminismo radical, "ao descrever as relações das quais dependem as ideias prevaletentes de feminilidade e de masculinidade", desenvolveu "um conjunto de ferramentas concetuais, como «patriarcado» e «opressão», que remetem, em termos gerais, para a norma e a superioridade masculina como princípio organizador da vida em sociedade" (Simões, 2016, pp. 331-332). No contexto dos estudos feministas dos média, essas dinâmicas são investigadas em três âmbitos interrelacionados: as dinâmicas de produção de conteúdos, as representações nos conteúdos veiculados e

a receção desses conteúdos pelos públicos (Simões & Sobreira, 2018). Para o presente estudo, interessa-nos particularmente o campo da produção, que, no caso da imprensa regional, possui características específicas que a distinguem de outros setores mediáticos.

Especificidades da imprensa regional

Entre as principais características apontadas para a imprensa regional, destaca-se a proximidade entre os leitores e o jornal, geralmente personificada na figura do diretor; a fragilidade económica, refletida na reduzida quantidade de páginas e na limitada tiragem; o desinteresse dos atores económicos, e o domínio de uma imprensa de perfil ideológico, frequentemente de carácter doutrinário, sobretudo em localidades menores (Rego, 2000; Camponez, 2002; Peruzzo, 2005; Amaral, 2012; Torre et al., 2023). Trata-se, portanto, de uma imprensa direcionada ao indivíduo, concebido como parte integrante e ativa de uma comunidade geograficamente delimitada, cujas especificidades – tais como mentalidades, costumes, estilos de vida, padrões socioeconómicos e preocupações culturais e sociais predominantes – são passíveis de serem conhecidas (Mathien *apud* Camponez, 2002, p. 122).

A função de mediadora frequentemente desempenhada pela imprensa regional nas comunidades locais evidencia, pois, a necessidade de um jornalismo voltado para o serviço público. Esse papel, contudo, enfrenta desafios na atualidade, sendo frequentemente orientado, “em nome das audiências e das preferências destas”, para o que é “giro e vende” (Brinca, 2012, p. 33), numa “era hipermoderna em que tudo é concorrencial, prolifera e se multiplica infinitamente” (Lipovetsky, 2010, p. 31). O “jornalismo preguiçoso” (pack journalism), descrito por Timothy Crouse em *The Boys on the Bus* (1973) ao tratar da campanha presidencial norte-americana de 1972, ou o que Ramonet (1999) chama de “mimetismo mediático”, reflete “um jornalismo superficial e exposto (ou obrigado) à retransmissão cada vez mais imediata e instantânea da informação” (Ramonet, 1999, p. 73). Observa-se, portanto, o fenómeno de “um só mundo, vários jornalismo” (Amaral, 2012, p. 1), sendo que o jornalismo de proximidade também não é imune às falhas inerentes a uma atividade que, como qualquer outra, possui um lado obscuro. Muito do que é considerado notícia, na realidade, consiste em publicidade gratuita, e parte do conteúdo classificado como “notícias políticas” é, frequentemente, redigido por assessores, candidatos e membros do parlamento (Curran & Seaton, 2001, p. 330).

Normativamente, contudo, a imprensa regional desempenha uma função de “especial relevância no fomento de um espaço público local regenerado, que potencie a capacidade racional e a ação cívica dos cidadãos sobre assuntos da *res publica*”. A “ideia de uma cidadania ativa e o fortalecimento de uma sociedade civil cidadã depende, igualmente, da existência de uma imprensa regional ativa e dinâmica” (Amaral, 2012, p. 1).

Raramente, contudo, esta imprensa foi analisada pela lente de género e ainda menos a partir de uma perspetiva feminista. Daí que a história e a presença das mulheres nas redações da imprensa regional se encontre escassamente documentada e mesmo ocultada,³ numa dimensão ainda mais profunda do que no plano dos média informativos em geral (Gallagher, 2006; Byerly & Ross, 2006; North, 2009; Carter & Steiner, 2004; Creedon & Cramer, 2007). O facto de a maioria dos jornais centenários não ter o seu arquivo

³<https://www.publico.pt/2023/03/02/culturaipsilon/noticia/virginia-quaresma-invisibilizada-historia-jornalismo-2040714>

digitalizado e disponível para consulta, pelos custos elevados que essa aposta comporta, dificulta o mapeamento do contributo das mulheres para a sua produção. Por outro lado, o impacto que as estruturas de poder e as normas masculinas têm sobre as mulheres em pequenas redações, muitas vezes mais conservadoras (North, 2016) pode limitar severamente a presença e o papel das mulheres neste tipo de redações, assim como o interesse em caracterizar essa história de subrepresentação e ausência. Daí a importância de se conhecer as dinâmicas de poder que atravessam estes espaços singulares de produção jornalística, o que fizemos neste estudo.

Estudo

O estudo aqui apresentado procura captar a forma como as e os jornalistas dão sentido ao impacto da igualdade de género nas lógicas produtivas da imprensa regional. Como a investigação anterior sobre este tópico é escassa, o estudo seguiu uma estratégia exploratória com o objetivo de obter uma compreensão inicial dos conceitos e relações centrais. A questão de investigação central explorou o lugar e o papel do género no jornalismo de proximidade.

Foram conduzidas, entre os dias 26 de dezembro de 2019 e 14 de janeiro de 2022 de forma presencial⁴, 20 entrevistas, que são um instrumento particularmente poderoso de investigação, que permite gerar dados empíricos e, ao mesmo tempo, dar voz aos respondentes. O poder da entrevista e a riqueza de informações que pode trazer às e aos investigadores tem sido salientado (Rosenthal & Fischer-Rosenthal, 2004). Neste estudo, utilizámos entrevistas semiestruturadas, que duraram em média 30 a 40 minutos, e que, embora sendo guiadas, não limitaram a liberdade dos e das participantes para discorrer sobre os assuntos (Glesne, 2015).

Tendo por método de amostragem a técnica não probabilística por conveniência, as e os entrevistados foram selecionados por proximidade geográfica e pelo facto de as cinco publicações em que estavam integrados, corresponderem a jornais centenários da NUTS⁵ II – Região Centro. Foi considerado como universo de referência 40 títulos regionais centenários em Portugal existentes à data do estudo.

No método de amostragem não probabilística⁶, a escolha da população permite selecionar os indivíduos a incluir na amostra, de acordo com um dado critério, ou seja, determinar subjetivamente que fontes vão ser utilizadas durante o processo de recolha de dados (Harrell & Bradley, 2009). Consideraram-se elegíveis todos/as os/as profissionais que, à data da preparação do trabalho de campo, contribuíam para a elaboração do jornal: Jornalista, Chefe de redação, Administrador/a, proprietário/a, Diretor/ Serviços administrativos, Gráfico/a, paginador/a, repórter fotográfico.

O perfil sociodemográfico das e dos 20 entrevistados revela uma idade mínima de 28 anos e uma máxima de 76 anos, identificando-se nove com o género feminino e onze com o género masculino. Prevaecem as/os entrevistadas/os casadas/os e com poucos filhos (1 a 2). No que respeita à ocupação profissional, encontramos sete participantes que são jornalistas, entre eles, uma estagiária. São ainda observados os

⁴À exceção de um dos entrevistados, por se encontrar em isolamento, devido a estar infetado com covid-19, a entrevista foi realizada por telefone.

⁵Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos.

⁶Na amostragem probabilística, todos os elementos da população apresentam uma probabilidade conhecida de serem selecionados para integrarem a amostra, havendo um critério imparcial de escolha dos respondentes.

seguintes cargos: diretora adjunta; administradora; advogada; comercial, paginador, compositor, gráfico, webdesigner; chefe de escritório; responsável pela publicidade e assinaturas; administrativa; responsável pelas assinaturas e correção das escrituras; sacerdote; diretor; professor de língua portuguesa e educação moral; técnico administrativo; paginador, distribuidor e responsável pela foto composição; *designer* gráfico; paginador em conjunto com o colega; empregada de balcão e atendimento; assistente administrativa financeira, publicidade e administrador.

O guião que norteou a organização das entrevistas foi construído com o objetivo de permitir revelar as percepções de contributos potenciais da igualdade de género/feminização para a sobrevivência atual dos jornais, identificando eventuais barreiras/obstáculos.

As respostas e os dados fornecidos foram anonimizados. Utilizar-se-á, neste artigo, para referência às e aos entrevistados, o código E (entrevista), seguido de um número. Optou-se igualmente pela não referência dos nomes dos títulos dos cinco jornais selecionados, uma vez que o número reduzido de profissionais a trabalhar nestas redações facilmente indicaria a identificação das/os mesmas/os.

Todas as entrevistas foram registadas em vídeo e imediatamente transcritas, tendo sido os dados organizados e codificados com o suporte do *software* Nvivo® versão 12 PRO e de acordo com a análise crítica temática.

Tal como Lawless e Chen (2019, pp. 98-99), procedemos a uma codificação aberta e fechada. Numa primeira etapa, de codificação aberta, guiadas pela repetição, recorrência e força ou contundência, isto é, por critérios que permitem aferir a gama de interpretações presentes nas narrativas das e dos participantes (Owen, 1984), prestou-se atenção aos padrões discursivos importantes, que traduzimos em temas emergentes. Numa segunda fase, depois de terem sido identificados os padrões de informação repetidos e enfatizados, interligámos, de forma dedutiva, esses padrões com os discursos sociais mais amplos. Neste artigo, discutimos dois temas resultantes deste processo: a) "Entrada de mulheres é dificultada nas redações e administrações de jornais regionais" e b) "Soluções para facilitar a entrada das mulheres nas redações e administrações de jornais regionais" e seus subtemas. São esses temas e subtemas que discutiremos em seguida.

Resultados e discussão

Entrada de mulheres é dificultada nas redações e administrações de jornais regionais

As dificuldades que alguns dos testemunhos denunciam no que diz respeito à entrada das mulheres nas redações da imprensa regional merece análise, sob várias perspetivas, nomeadamente na ótica de acesso a cargos de liderança.

A percepção das/os entrevistadas/os sobre a "Entrada de mulheres é dificultada nas redações e administrações de jornais regionais" encontra-se representada em três subtemas: 1) "As mulheres estão muito distantes de cargos de chefia"; 2) "Homogeneidade de oferta masculina nos jornais do interior e a interioridade como obstáculo" e 3) "Discriminação por parte da Igreja".

A tendência de respostas, numa primeira análise das entrevistas, parece indicar que "não existem preconceitos de género" nas redações da imprensa regional. Todavia, quando se assume que a discriminação consiste em toda a distinção, exclusão ou restrição fundada no género, que tenha por

finalidade ou por efeito o comprometimento ou a destruição do reconhecimento, gozo ou exercício de direitos e liberdades fundamentais por parte das mulheres, em condições de igualdade com os homens (Raposo, 2004, p. 298), este fenómeno emerge de forma visível. Neste estudo, essa realidade é observável quando surgem as questões relacionados com a hierarquia profissional nas redações, emergindo o primeiro subtema “as mulheres estão muito distantes de cargos de chefia”

A dificuldade em aceder a cargos de chefia é retratada por Steiner (2014b), que observou que 90% dos homens e apenas 65% das mulheres em cargos de chefia, têm filhos, acentuando-se mais facilmente as falhas das profissionais mulheres, relacionadas à “feminilidade”, tendo em conta que “elas não são vistas como líderes apropriadas; se o seu comportamento é consistente com os estereótipos de liderança, elas não são pensadas como mulheres adequadas” (Steiner, 2014b, p. 626). Algumas mulheres jornalistas receiam o sucesso justamente porque acreditam que isso traz um preço social e pessoal que não estão dispostas a pagar (Hazarika, 2017). Outras afirmam que, “na realidade, a maior força que impede as mulheres de terem sucesso e realização é o seu desejo de serem bem-sucedidas”. Isto porque, é difícil obter esse reconhecimento. “São as designadas barreiras invisíveis e para evitar estas pressões, a mulher jornalista poderá apenas querer tornar-se invisível” (Hazarika, 2017, pp. 84-101).

Algumas entrevistas mostram precisamente como o percurso das mulheres numa redação da imprensa regional é um caminho de obstáculos, nomeadamente no que concerne à ascensão na carreira profissional. E1 (Género feminino, diretora adjunta, administradora e advogada, 55 anos) destaca a dificuldade de as mulheres acederem a cargos de chefia, afirmando que: *“As mulheres estão ainda muito distantes destes cargos de chefia. São cargos muito absorventes e sem dinheiro”*. Com idêntica perspetiva, E16 (Género feminino, empregada de balcão e atendimento, 45 anos) considera que o papel da mulher nestas redações tem sido inferiorizado: *“Em termos de chefia foi sempre homens, as mulheres têm tido um papel mais secundário, mais inferior, ainda há muito por mudar”*.

Apesar da recente entrada das mulheres de forma massiva nesta profissão a “elas cabe os cargos de execução, e não de decisão” (Bandeira, 2019, p. 109). E11 (Género feminino, jornalista, 42 anos), confirma a existência de obstáculos e dificuldades na ascensão de carreira, para as jornalistas mulheres, ainda que de forma inconsciente: *“Não tenho ambição de cargo diretivo, se calhar retirava tempo para fazer aquilo que gosto que é reportagem, mas quem tem essa aspiração poderá ter mais obstáculos, mas se perguntarmos a um diretor não vai reconhecer esse problema, é um mecanismo inconsciente”*.

A evidência que este estudo parece confirmar é a existência de barreiras discriminatórias que impedem as mulheres de ascenderem a posições de poder ou de responsabilidade e de progredirem para cargos mais elevados numa organização pelo simples facto de serem mulheres (Li & Leung, 2001; Jackson & O’Callaghan, 2009).

E11 (Género feminino, jornalista, 42 anos) questiona a presença de mulheres em cargos de chefia, invocando o conceito de “tetos de vidro”).

“Estamos em maioria nas redações aqui na região, mas quantas estão em cargos de direção? É. Não estão. É porque são incompetentes e incapazes? A resposta é não. São os tais telhados de vidro, que se calhar só quem os vive é que os consegue sentir. Não tenho ambição de cargo diretivo, se calhar retirava tempo para fazer aquilo que gosto que é reportagem, mas

quem tem essa aspiração poderá ter mais obstáculos, mas se perguntarmos a um diretor não vai reconhecer esse problema, é um mecanismo inconsciente”.

(Género feminino, jornalista, 42 anos)

Esta homogeneidade masculina nas redações da imprensa levanta preocupações ao nível da cobertura mediática, num monopólio, local privilegiado (Fisher, 2005), onde os assuntos que dizem respeito a mulheres e homens, são na maioria das vezes escritos por homens, mostrando uma visão de um único género, sobre a realidade ao redor. De acordo com um relatório do *Reuters Institute of Journalism*⁷, apenas 24% dos 174 cargos editoriais de topo em 240 organizações noticiosas são desempenhados por mulheres (um aumento de 2% em relação ao relatório de 2023). Isto apesar do facto de, em média, 40% dos jornalistas nestes grupos serem mulheres, numa análise em 12 mercados noticiosos de 5 continentes.

“Homogeneidade de oferta masculina nos jornais do interior e a interioridade como obstáculo”, foi o segundo subtema encontrado, tendo em conta que o despovoamento das regiões mais interiores é encarado como justificação para a dificuldade em ter um maior número de mulheres nas redações da imprensa regional. E20 (Género masculino, administrador, diretor de jornal, 47 anos) encontra razão na interioridade, para, enquanto diretor de jornal, não conseguir ter mulheres na redação do jornal:

“Sucede, porém, que a heterogeneidade do país, serve de obstáculo a que o papel e a presença da mulher na imprensa regional, seja homogénea relativamente a alguns centros urbanos, porque a oferta de jovens licenciados do género feminino, na área da comunicação não abunda na periferia, ou seja no interior não é habitual ver a disponibilidade de jornalistas de sexo feminino para trabalhar nos títulos do interior”.

(Género masculino, administrador, diretor de jornal, 47 anos)

Em Portugal, no dia 4 de março de 2022, o Sindicato dos Jornalistas (SJ) anunciou estar a recolher informações sobre o que se faz e o que não se faz em questões de igualdade de género nas redações em Portugal, tendo contactado as direções e administrações dos principais órgãos de comunicação social (OCS) do país com o objetivo de fazer um levantamento sobre a igualdade de género e as abordagens dos OCS a esta temática. Afirma o Sindicato na sua página *online*⁸ que “as respostas foram pouquíssimas, e, coincidentemente, enviadas apenas por diretoras”. Também em 2016, um estudo elaborado pelo ISCTE em colaboração com o Sindicato dos Jornalistas, inquiriu mais de 1400 profissionais, mostrando que: (lê-se no portal do Sindicato dos Jornalistas) “as mulheres têm mais educação, trabalham mais horas, são menos de metade em posições de chefia e liderança, são menos de metade nos salários acima dos mil euros, estão menos satisfeitas com a profissão”, dando como exemplo a agência Lusa, onde as mulheres recebem menos do que os homens em praticamente todos os indicadores, seja idade, antiguidade na instituição, nível de formação.

Também na imprensa regional, há vários relatos que demonstram uma perceção de que as redações são maioritariamente compostas por profissionais do género masculino, resultando consequentemente em

⁷ <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/women-and-leadership-news-media-2024-evidence-12-markets>

⁸In <https://jornalistas.eu/8-de-marco-a-igualdade-deve-ser-uma-prioridade/>

diversas desigualdades. Da análise das entrevistas, E7 (Género masculino, sacerdote, diretor, professor, 40 anos), confirma que: *"De uma forma geral sim, nos jornais regionais parece que a presença masculina é bastante mais significativa que a feminina"*, e E6 (Género masculino, sacerdote, jornalista, diretor e administrador do jornal, 52 anos) observa que: *"Nas reuniões de câmara somos mais homens, mas as mulheres jornalistas procuram-nos se têm dúvidas, temos à vontade uns com os outros, tanto nós, como elas"*.

No terceiro subtema: "Discriminação por parte da Igreja", importa realçar que os jornais que compõem a amostragem das entrevistas, são jornais centenários, cujas(os) participantes recordam o papel da Igreja na imprensa, que foi alvo de um grande desenvolvimento na primeira república no início do século XX "com o apostolado da boa imprensa, promovido e organizado pelo padre Benevenuto de Sousa" (Pires, 2010, p. 31). Na viragem do século XIX para o século XX, a imprensa católica renova-se e aumenta e em 1900 é já bastante forte, possuindo 6 quotidianos, 21 semanários e 10 mensários" (Volovitch, 1982, p. 1198). Esta herança é apontada como fator de exclusão das mulheres nas redações, o que só por si, torna rara a sua presença em cargos de chefia. E3 sugere a responsabilidade da Igreja nesta matéria, ao ser detentora de órgãos de comunicação: *"A Igreja tem alguma dificuldade em colocar as mulheres em alguns postos de administração, chefia, se calhar também acontece nesta área da comunicação"*. (Género masculino, paginador, compositor, gráfico, webdesigner, 48 anos). Ou ainda o testemunho de E14 (Género feminino, jornalista, 54 anos) que considera que a redação onde trabalha tem como pano de fundo um "ambiente de homens", relacionando a evidência com o facto de o periódico ter administração e gestão eclesial.

Soluções para facilitar a entrada das mulheres nas redações e administrações de jornais regionais

As e os participantes assumem, de uma forma geral, ser importante ter uma visão feminista nas redações, ou seja, não negam, que o facto de não haver uma plena igualdade de género, não tenha impacto na produção de conteúdos jornalísticos, quando as fontes são maioritariamente masculinas. Correa e Harp (2011) reivindicaram que estudos futuros levassem em consideração as questões da diversidade nas redações, para evitar que a desigualdade seja encarada como algo natural e que a presença das mulheres seja apenas entendida como necessária para as chamadas "questões da mulher". Na senda desse repto, procurámos perceber que soluções apontariam as e os profissionais para facilitar a entrada de perfis diversificados de mulheres nas redações e favorecer a sua integração nas administrações das redações dos jornais regionais. Três subtemas foram criados sob a alçada do tema, "Soluções para facilitar a entrada das mulheres nas redações e administrações de jornais regionais": 1) "Formação e literacia"; 2) "Mais incentivos e melhores oportunidades para atrair jornalistas do sexo feminino"; 3) "Olhar de igualdade - jornalistas têm de dar maior visibilidade às diferenças de género na área".

A maioria das/os entrevistadas/os efetivamente parece observar entraves à entrada das mulheres nas redações da imprensa regional. E no domínio das soluções para uma maior igualdade de género no que diz respeito à composição destas redações, E11 e E12, colocam a solução para facilitar a entrada das mulheres nas redações e administrações destes jornais, na educação e literacia. A entrevistada E11 (Género feminino, jornalista, 42 anos), defende que só *"A educação para a paridade e no jornalismo" dará "visibilidade a quem*

não a tem" (E11). Declaração em sintonia com E12 (Género feminino, jornalista estagiária, 28 anos): *"É muito difícil inverter esta tendência, porque tudo depende da educação das pessoas e da sociedade"*.

A literacia mediática, na vertente da aprendizagem da importância e relevo do jornalismo, tem sido considerada de extrema importância para a capacitação das mulheres jornalistas, especialmente em contextos vulneráveis de países em desenvolvimento. A literacia mediática é entendida como desempenhando um papel crucial na promoção de reportagens éticas, dando às mulheres jornalistas as ferramentas e os conhecimentos necessários para adotar padrões de igualdade nas suas práticas jornalísticas, respeitando os critérios de honestidade e justiça (Kelsie, 2024). Trata-se, além disso, de uma via para a promoção de um jornalismo responsável e comprometido com a igualdade de género (Simões et al., 2021a), que as e os participantes parecem reconhecer.

No segundo subtema: "Mais incentivos e melhores oportunidades para atrair jornalistas do sexo feminino", os constrangimentos de ordem financeira são apontados como justificação para a não contratação de mais mulheres nestas redações. E3 (Género masculino, paginador, compositor, gráfico, webdesigner, 48 anos) argumenta que a dificuldade em permitir a entrada de mais mulheres nestas redações prende-se com questões de ordem financeira, declarando: *"Nunca ouvi o diretor deste jornal, quando recebe os currículos, dizer que não contrata mais uma pessoa por causa do sexo, mas sim por constrangimentos de ordem financeira"*. Outros depoimentos apontam a necessidade de incentivos financeiros a estes jornais de forma a poder contratar mais mulheres, desafiando o Estado no sentido da obrigatoriedade de uma plena igualdade salarial, para uma maior presença de mulheres nas redações da imprensa regional. A temática do apoio aos média e a consequente discussão em torno da liberdade e independência do setor, tem sido recentemente alvo de atenção em Portugal. Todavia, o denominado Plano de Ação para a Comunicação Social (PACS, 2024), com 30 medidas propostas pelo Governo, não apresenta nenhuma alínea dedicada exclusivamente às questões de género. Apenas recorda que a Lusa já disponibiliza três serviços gratuitos referentes a temas de identidade de género, desinformação e cultura.

E por último, no que diz respeito ao terceiro subtema, "Jornalistas têm de dar maior visibilidade às diferenças de género na área", este traduz não soluções práticas e de ação concreta para uma maior igualdade de género na composição das redações, mas uma mudança estruturante de perceção: um "simples olhar de igualdade". E7 (Género masculino, sacerdote, diretor, professor, 40 anos) entende ser suficiente uma observação atenta às questões de género: *"Penso que o simples olhar de igualdade devia ser remédio suficiente para não haver discriminação"*. E para E11 (Género feminino, jornalista, 42 anos), a igualdade de género devia ser simplesmente um "exercício permanente de cidadania", nas redações da imprensa regional. No diálogo das entrevistas, a responsabilidade pela desigualdade de género na composição das redações é apontada às direções e administrações dos jornais, ocupadas maioritariamente por homens, que não têm demonstrado sensibilidade para a temática da equidade, demonstrando protecionismo entre os profissionais, como observa E2 (Género feminino, comercial, 44 anos): "Eu acho que os homens se protegem muito mais do que nós".

Esta invisibilidade de género leva-nos à questão colocada em 1989 por Cynthia Enloe: *"Where are the women?"*, quando critica a notada ausência das mulheres no mundo político, classificando os governos como *"men's clubs"*, e onde as mulheres apareciam tão poucas vezes que tal facto já por si era notícia, pelo facto de existirem, concluindo que: "tornar as mulheres invisíveis esconde o funcionamento tanto da feminilidade como da masculinidade na política internacional" (Enloe, 1989, pp. 6 a 9). Os direitos das mulheres são

afinal direitos humanos e a masculinidade hegemónica ainda é uma realidade. As mulheres ainda estão sub-representadas nas redações, facto que acaba por se refletir na produção jornalística, contribuindo para a aniquilação simbólica das mulheres (Tuchman, 1978). A suposta isenção e neutralidade jornalística está repleta de desigualdades e entende-se que a perspetiva feminista não colide com o ideal defendido da objetividade, até porque “o jornalismo não é o discurso da realidade (como diz ser), mas um discurso sobre a realidade” (Moretzsohn, 2001, p. 3).

Conclusão

O estudo apresentado procurou explorar o processo de feminização das redações da imprensa regional em Portugal, analisando perfis socioprofissionais predominantes e perceções da igualdade de género na participação e distribuição de cargos de gestão e de liderança. Pese embora a amostra de conveniência, com evidentes limitações, desde logo pela natureza reduzida do grupo de profissionais de jornais centenários que foram entrevistados, os resultados alcançados permitem sinalizar barreiras muito claras no acesso de profissionais mulheres a cargos de decisão. É notória a hesitação, recuo e desconforto em prestar declarações sobre o tema, realidade já observada por outros estudos (Steiner, 1998; Garcia, 2009; Subtil, 2009).

A difícil entrada de mulheres nas redações e administrações dos jornais regionais centenários é a mais forte perceção registada nos depoimentos recolhidos, concluindo-se que as mulheres ainda estão muito distantes de cargos de chefia e que a homogeneidade de oferta masculina na imprensa regional tem contribuído para a falta de representatividade feminina em cargos de direção. Observou-se também que a interioridade e a herança patriarcal da Igreja constituem entraves para o alcance de igualdade em cargos de topo da hierarquia profissional.

Entre os 40 jornais regionais centenários que constituem o universo do estudo, apenas 6 (15%) tinham efetivamente mulheres à frente da direção editorial. Os “tetos de vidro” subsistem e, “se os últimos cinco anos assistiram a pequenas mudanças incrementais em direção à paridade, o ritmo geral de mudança permanece glacial” (Simões et al., 2021b, p. 7). A mesma realidade é notória e salientada, sobretudo pelas participantes femininas, ao longo das entrevistas, descrevendo a dificuldade em aceder a cargos superiores, na hierarquia das redações. As expectativas e pressupostos de género assumidos nas redações tornam a mudança rumo à igualdade de género mais difícil e mais lenta do que o necessário (Silveirinha et al., 2023). Já no domínio das soluções possíveis para mitigar as desigualdades, a análise aponta três caminhos: apostar na formação e literacia das/os cidadãs/ãos; reivindicar um olhar por parte das entidades governamentais para a criação de mais incentivos e mais oportunidades para a inserção de mulheres nestas redações e, por último, fomentar um olhar crítico sobre a igualdade de género no seio das redações da imprensa regional. Urge, pois, incentivar e robustecer a reflexão sobre as desigualdades de género no seio dos média, que continuam a não ser colocadas como prioridade na agenda governamental. No recente Plano de Ação para a Comunicação Social (PACS, 2024) não se vislumbra nenhuma alínea dedicada exclusivamente às questões de género ou apoios que pudessem mitigar as diferenças entre homens e mulheres no seio das redações. O documento apenas recorda que a Lusa já disponibiliza três serviços gratuitos referentes a temas de identidade de género, desinformação e cultura. Estudos futuros deverão aumentar o conhecimento sobre o

gênero nas redações regionais, mapeando a presença de perfis profissionais diversificados na pirâmide organizacional e gerando evidências que possam sustentar respostas públicas com potencial para favorecer a sua sustentabilidade e promover ao mesmo tempo a justiça de gênero.

Referências

- Amaral, V. (2012). A proximidade de uma imprensa regional à ideia de cidadania ativa. In Correia, J.C. (Org.) (2012) *Ágora – Jornalismo de Proximidade: Limites, Desafios e Oportunidades*. LabCom Books.
- Bandeira, A. (2019). *Jornalismo e feminização da profissão: um estudo comparativo entre Brasil e Portugal*. Universidade Federal de Pernambuco.
- Baptista, C., Silva, M. T. da, & Ferreira, A. H. (2020). Big Show Cristina Ferreira: emoção e entretenimento na televisão popular portuguesa. *Media & Jornalismo*, 20(37), 165-183. https://doi.org/10.14195/2183-5462_37_9.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Brandi, L., & Yea-Wen, C. (2019). *Developing a Method of Critical Thematic Analysis for Qualitative Communication Inquiry*, Howard Journal of Communications,30:1, 92-106, DOI: 10.1080/10646175.2018.1439423.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. DOI: <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>.
- Byerly, C. M., & Ross, K. (2006), *Women e Media. A Critical Introduction*. Blackwell Publishing.
- Byerly, C. (2012). The geography of women and *media* scholarship. In: Ross, K. (Ed.). *The handbook of gender, sex, and media*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012. p. 3-19.
- Byerly, C. (Ed.) 2013. *The Palgrave International Handbook of Women and Journalism*. Palgrave Mcmillan.
- Camponez, C. (2002). *Jornalismo de Proximidade*. Coleção Comunicação. Minerva Coimbra.
- Cannella, G. S., & Lincoln, Y. S. (2015). Deploying qualitative methods for critical social purposes. In G. S. Cannella, M. S. Pérez, & P.A. Pasque (Eds.), *Critical qualitative inquiry: Foundations and futures* (pp. 243–263). Walnut Creek, CA: Left Coast Press.
- Carter, C., & Steiner, L. (2004). *Critical Readings in Media and Gender*. Maidenhead: Open University Press.
- Carter, C., Steiner, L., & Allan, S. (Eds.) (2019). *Journalism, Gender and Power*. Abingdon: Routledge.
- Carter, C., Branston, G., & Allan, S. (Eds). (1998). *News, Gender and Power*. Routledge: Londres e Nova Iorque.
- CCPJ. (2020). *Total de Titulares de Carteira Profissional de Jornalista e total de Titulares de Cartão de Identificação de Colaborador*. Disponível em: <https://ccpj.pt/pt/estatisticas/>.
- Cohen, L., Manion, L., & Morrison, K. (2000). *Research Methods in Education*. (5th Edition). Routledge Falmer.
- Correa, T. & Harp, D. (2011). *Women matter in newsrooms: How power and critical mass relate to the coverage of the HPV vaccine*. *Journalism & Mass Communication*. Quarterly, 88(2), 301-319.

- Creedon, P., & Cramer, J. (2007). Our Conclusion: Gender Values Remain, Inequality Resurges, and Globalization Brings New Challenges. In P. Creedon & J. Cramer (ed.). *Women in Mass Communication* (pp. 275-282). Sage Publications.
- Curran, J., & Seaton, J. (2001). *Imprensa, Rádio e Televisão, Poder sem Responsabilidade*. Coleção: Epistemologia e Sociedade Nº 167. Instituto Piaget.
- Djerf-Pierre, M. (2005). Lonely at the top: Gendered media elites in Sweden. *Journalism*, 6 (3), 265–290.
- Elo, S., & Kynga, S. H. (2008) *The qualitative content analysis process*. Journal of Advanced Nursing 62(1), 107–115. doi: 10.1111/j.1365-2648.2007.04569.x.
- Enloe, C. (1989). *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*. University of California Press.
- ERC (Ed.) (2010). *Imprensa Local e Regional em Portugal*. Entidade Reguladora para a Comunicação Social.
- Figgou, L., & Pavlopoulos, V. (2015). *Social Psychology: Research Methods*. Editor(s): James D. Wright, International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences (Second Edition). DOI: <https://doi.org/10.1016/B978-0-08-097086-8.24028-2>.
- Fischer, R. (2005). Media e educação da mulher: modos de enunciar o feminino na TV. Género e discurso dos media. Edunisc.
- Foucault, M. (1984). *Estratégia, Poder-Saber*. Gen.
- Gallagher, M. (1980). Pouvoir masculin et moyens de communication. In *Le courrier de l'unesco. La femme invisible*. Bruxelas: Unesco.
- Gallagher, M. (2001). *The Gender Agenda: Women in Media*. Routledge.
- Gallagher, M. (2006). Perspetivas Feminista sobre os Media. *Ex Aequo* 14: 11-34.
- Gallego, J. (2013). *De reinas a ciudadanas: Medios de comunicación, ¿motor o rémora para la igualdad?*. Barcelona: Aresta Mujeres.
- Gallego, J. (Dir.). (2002). *La prensa por dentro. Producción informativa y transmisión de estereotipos de género*. Barcelona: Los libros de la Frontera.
- Gallego, J. (2009). *Si te vas, te mato: mujeres que murieron por su libertad (2ª ed.)*. Barcelona: Icaria.
- Glesne, C. (2015). *Becoming qualitative researchers: An introduction*. 5th Edition. London: Pearson.
- GMMP-Portugal. (2020). *Who Makes the News? Global Media Monitoring Report - Country Report*. Disponível em: <http://whomakesthenews.org/wp-content/uploads/2021/07/Portugal-GMMP-2020.pdf>.
- Garcia, J. L. (org.). (2009). *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses: Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI*. Imprensa de Ciência Sociais.
- Harrell, M. C. & Bradley, M. A. (2009). *Data Collection Methods: Semi-Structured Interviews and Focus Groups*. RAND National Defense Research Institute.
- Hazarika, A. (2017). *Walk the Talk: Women, Work, Equity, Effectiveness*. SAGE Publications, Inc.
- Hermes, J. (2014). *Mulheres e Jornalistas Primeiro. Um desafio lançado aos profissionais dos media para que seja possível alcançar a Democracia na prática, criar um jornalismo de qualidade e acabar com os estereótipos de género*. CIG e Presidência do Conselho de Ministros.
- Jackson, F. L., & O'Callaghan, E. M. (2009). *What do we know about glass ceiling effects? A taxonomy and critical review to inform higher education review*. Res.Higher Educ. 50, 460–482. doi: 10.1007/s11162-009-9128-9
- Jerónimo, P. (2015). *Ciberjornalismo de proximidade: redações, jornalistas e notícias online*. LabCom.IFP.

- Kelsie, D. (2024). *The Significance of Media Literacy for Female Journalists*. <https://amwik.org/the-significance-of-media-literacy-for-female-journalists/>.
- Krippendorff, K. (1990). *Metodología de análisis de contenido*. Paidós.
- Lawless, B., & Chen, Y.W. (2019). Developing a Method of CriticalThematic Analysis for Qualitative Communication Inquiry, *Howard Journal of Communications*,30:1, 92-106, DOI: 10.1080/10646175.2018.1439423 (10) (PDF) *Developing a Method of Critical Thematic Analysis for Qualitative Communication Inquiry*. Available from: https://www.researchgate.net/publication/323670882_Developing_a_Method_of_Critical_Thematic_Analysis_for_Qualitative_Communication_Inquiry.
- Leite, A. (2010). *Da imprensa regional da Igreja Católica: para uma análise sociológica* (tese de doutoramento, Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em: [www:<http://hdl.handle.net/10071/2837>](http://hdl.handle.net/10071/2837). ISBN 978-989-732-011-8.
- Li, L., & Leung, R. W. (2001). *Female managers in Asian hotels: profile and career challenges*. *Int. J. Contemp. Hosp. Manag.* 13, 189–196. DOI: 10.1108/09596110110389511.
- Lipovetsky, G., & Serroy, J. (2010). *Cultura-Mundo – Resposta a uma sociedade desorientada*. Edições 70.
- Mackrell, J. (2023). *As Enviadas Especiais. Seis mulheres extraordinárias na linha da frente da II Guerra Mundial*. Casa das Letras.
- Mathien, M. (2004). *La Presse Quotidienne Régionale*. Puf.
- Mellor, N. (2012). Hearts of Steel, *Feminist Media Studies*, 12:2, 180-194. DOI: 10.1080/14680777.2011.597099.
- Mendes, K., & Carter, C. (2008). Feminist and gender *media* studies: a critical overview. *Sociology. Compass*, vol. 2, no. 6, pp. 1701-18. <https://doi.org/10.1111/j.1751-9020.2008.00158.x>.
- Miranda, J. (2017). Contributos para o estudo sobre a feminização do jornalismo português. *Media & Jornalismo*, [S.l.], v. 17, n. 30, p. 27-42, out. 2017. ISSN 2183-5462. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/4714>>.
- Moretzsohn, S. (2001). *Profissionalismo e objetividade: o jornalismo na contramão da política*. Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylvia-profissionalismo-jornalismo.pdf>.
- North, L. (2009). 'Blokey' Newsroom Culture. *Media International Australia*, 132, 5–15, 2009.
- North, L. (2016a). Damaging and daunting: female journalists' experiences of sexual harassment in the newsroom, *Feminist Media Studies*, 16:3, 495-510. DOI: 10.1080/14680777.2015.1105275.
- North, L. (2016b). *The Gender of "soft" and "hard" news*. *Journalism Studies*, 17:3, 356-373, DOI: 10.1080/1461670X.2014.987551.
- OBERCOM. (2017). Profissão Jornalista: Condições laborais, Formação e Constrangimentos, fev.,2017. Disponível em: https://obercom.pt/wpcontent/uploads/2017/03/2017_OBERCOM_Jornalistas_Condicoes_Laborais.pdf
- Owen, W. F. (1984). Interpretive themes in relational communication. *Quarterly Journal of Speech*, 70, 274–287.
- PACS. (2024). Plano de Ação para a Comunicação Social. República Portuguesa.
- Pardal, L. & Correia, E. (1995). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Areal.

- Pascoal, I. (1996). *Os jornalistas da imprensa regional e os condicionalismos ao exercício da profissão*. Artigo apresentado no III Congresso Português de Sociologia – Práticas e Processos de Mudança Social. Disponível em: www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4926a435d94a4_1.pdf.
- Peruzzo, C. M. (2005). *Mediã regional e local: aspetos conceptuais e tendências*. Revista Comunicação e Sociedade, pp. 66 – 84. Piaget, Lisboa.
- Pires, S. M. C. (2010). A imprensa periódica missionária no período do Estado Novo (1926-1974) [Em linha]. ISCTE-IUL. Dissertação de mestrado. Disponível: <http://hdl.handle.net/10071/3666>.
- Ramonet, I. (1999). *A tirania da comunicação*. Campo das Letras.
- Raposo, V. (2004). *O poder de Eva*. Livraria Almedina.
- Rego, A. (2000). A Igreja e a comunicação social em Portugal. In N. C. Guedes & M. B. da Cruz (Eds.), *A Igreja e a Cultura Contemporânea em Portugal* (Manuel Bra, pp. 331–337). Universidade Católica Portuguesa.
- Richardson, J. E. (2007). *Analysing newspapers. An approach from critical discourse analysis*. Palgrave Macmillan.
- Rosenthal, G., & Fischer-Rosenthal, W. (2004). *The Analysis of Biographical-Narrative Interviews*. U. Flick, E.v. Kardorff, and I. Steinke (eds.), *A Companion to Qualitative Research*. SAGE, pp. 259-265.
- Ross, K. (2014). *Women in Media Industries in Europe: What's Wrong with this Picture?* *Feminist Media Studies*, 14:2, 326-330, DOI: 10.1080/14680777.2014.909139.
- Ross, K. (2017). *Gender, politics, news: a game of three sides*. John Wiley & Sons, Inc. Routledge.
- Santamarina, D., Peña Fernandez, S., & K, Ayerdi. (2015): "The feminisation of journalism studies: an analysis of the Spanish case". *Revista Latina de Comunicación Social*, 70, pp. 566 to 583. DOI: 10.4185/RLCS-2015-1060en.
- Silva, S. M. (2010). Mulheres e feminilidade em culturas ocupacionais de hegemonia masculina. *Genealogia da lei da igualdade no trabalho e no emprego desde finais do Estado Novo. A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal – Políticas e Circunstâncias*. Virgínia Ferreira (org). Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Silveirinha, M.J., Lobo, P., & Simões, R. B. (2023). *Observing gender in the newsroom: insights from an ethnographic study*. Routledge. DOI: 10.1080/14680777.2023.2200581.
- Silveirinha, M. J., & Simões, R. B. (2016). *As mulheres tentam compensar. O verbo 'compensar' é terrível, não é? Género e jornalismo em tempos de mudança*. DOI: 10.22355/exaequo.2016.33.03.
- Simões, R. B. (2016). *Crime, Castigo e Género nas Sociedades Mediatizadas: Políticas de (In)justiça no Discurso dos Media*. Porto: Media XXI
- Simões, R. B. (2017). Do escrutínio dos *media* aos *media* sob escrutínio: estereótipos de género no espaço público mediatizado. In R. B. Simões, C. Serrano, S. Neto, & J. Miranda (Orgs.), *Pessoas e Ideias em Trânsito: Percursos e Imaginários* (pp. 13-35). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra
- Simões, R. B., Amaral, I., & Santos, S. (2021a). *Gender and journalism education: undergraduate students responses to the Global Media Monitoring Project*. Proceedings of INTED2021 Conference, pp. 6095-6099. ISBN: 978-84-09-27666-0. <http://dx.doi.org/10.21125/inted.2021.1224>
- Simões, R. B., Amaral, I., Silveirinha, M. J., & Alcantara, J. (2021b). *Global Media Monitoring Project Portugal 2020: Relatório Nacional*. WACC, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

- Disponível em: <https://whomakesthenews.org/wp-content/uploads/2021/07/Portugal-GMMP-2020.pdf>
- Simões, R. & Sobreira, R. (2018). *Media, comunicação e género: novos territórios de esperança e novas fronteiras de injustiça*. *Mediapolis*, 7, 5-14.
- Sousa, J. C. & Morais, R. (2012). Os jornalistas e a produção noticiosa na imprensa regional: desafios na criação de uma "agenda dos cidadãos". *Organizações e Trabalho*. 37-38, 89-103.
- Steiner, L. (1998). *Newsroom Accounts of Power at Work*. In Cynthia C., Gill. B. & Stuart Allan (ed). *News, gender, and power* Routledge.
- Steiner, L. (2014a). Glassy architectures in journalism. In: Carter, C.; Steiner, L. & Mclaughlin, L. (org.). *The Routledge Companion to Media and Gender*. London and New York: Routledge, 2014. p. 620-631.
- Steiner, L. (2014b). Feminist Media Theory. In Robert S. Fortner & P. Mark Fackler (eds). *The Handbook of Media and Mass Communication Theory*. John Wiley & Sons.
- Subtil, F. (2000). *As Mulheres Jornalistas*. Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação, 1-17. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/subtil-filipa-mulheres-jornalistas.pdf.1/01/10>.
- Subtil, F. (2009). *Anotações sobre o processo de feminização da profissão de jornalista na década de 1990*. In J. L. Garcia (Org.). *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses: metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI* (pp. 93-108). Ics – Imprensa de Ciências Sociais.
- Subtil, F., & Silveirinha, M.J. (2017). Caminhos da feminização da profissão de jornalista em Portugal: da chegada em massa à desprofissionalização. In Matos, J.N., Baptista, C. e Subtil, F., (orgs.). *A crise do jornalismo em Portugal*. Porto: Deriva. ISBN 978-989-8701-26-8, pp. 122-133.
- Torre, L., Jerónimo, P., & Miranda, J. (2023). Media Regionais e Desinformação: Perceção das/dos jornalistas em Portugal. 10.25768/654-948-0.
- Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. Atlas.
- Tuchman, G. (1978). Introduction: The Symbolic Annihilation of Women by the Mass *Media*. In Tuchman, G., Daniels, A.K. & Benet. J. *Hearth and Home: Images of Women in the Mass Media*. 3–38. Oxford University Press.
- Usher, N. (2014). *It's not just Jill Abramson: women everywhere are getting pushed out of journalism*. Washington Post, May 29.
- van Zoonen, L. (1998). One of the girls? The changing gender of journalism. In C. Carter, G. Branston, and S. Allan (eds.) *News, Gender and Power*. Routledge, 33–46.
- Ventura, I. (2012). *As Primeiras Mulheres Repórteres. Portugal nos Anos 60 e 70*. Tinta da China.
- Volovitch, M. C. (1982). As organizações católicas perante o movimento operário em Portugal (1900-12). *Análise Social*, vol. XVIII (72-73 74), 1982, 3º-4º-5º, pp. 1197-1210.
- Wheatley, D., Ross, K., Carter, C., & Boyle, K. (2024). Gender in/and the news in the UK and Republic of Ireland: Slow but (un)steady progress? *Journalism*. DOI: <https://doi.org/10.1177/14648849241276836>.